

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO NACIONAL Nº NF 0499-25

XXXXX, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ n. XXXXX, com sede na XXXX, e-mail XXXXXXXX, neste ato representada por XXX, e-mail XXXX, telefone XXXX, Sócio Administrativo, que esta subscreve vem, respeitosamente, nos termos da Lei 14.133/2021, **IMPUGNAÇÃO**, nos termos que seguem.

---

### I – DA CLÁUSULA IMPUGNADA

O edital exige, como condição técnica para o fabricante dos equipamentos ofertados:

“O FABRICANTE deve constar como membro do Forum of Incident Response and Security Teams (FIRST), confirmado via consulta ao site <https://www.first.org/members/teams/>, ou membro dos Computer Security Incident Response Team (CSIRTs) Brasileiros do Computer Emergency Response Team (CERT.BR) comprovado via declaração, ou possuir certificação ISO/IEC 27001 (Sistema de Gerenciamento de Segurança da Informação) vigente.

O FABRICANTE deverá intermediar os relatórios de vulnerabilidades junto ao CSIRT/CERT. A CONTRATADA deverá disponibilizar um ou mais contatos para tratativas sobre vulnerabilidades de segurança, podendo ser através de CSIRT/CERT.”

---

### II – DO DIRECIONAMENTO, ILEGALIDADE E VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA COMPETITIVIDADE

A cláusula impugnada, ao exigir que o fabricante seja **obrigatoriamente membro do FIRST, CSIRT brasileiro listado pelo CERT.br ou possua certificação ISO/IEC 27001**, revela-se **manifestamente restritiva e direcionadora**, pois **apenas três fabricantes no mercado nacional (Lenovo, Dell e HP)** atendem cumulativamente a essas exigências, conforme levantamento técnico realizado por esta impugnante. Trata-se, portanto, de **condição excludente que compromete de forma concreta o caráter competitivo do certame**.

Tal restrição **fere diretamente os princípios da isonomia, da ampla competitividade, da proporcionalidade, da legalidade e da eficiência**, expressamente previstos nos arts. 5º, 14 e 17 da Lei nº 14.133/2021. Tais princípios, especialmente a competitividade, são pilares fundamentais dos processos licitatórios e exigem que os requisitos

editais sejam necessários, proporcionais e compatíveis com a realidade de mercado, conforme doutrina consolidada e jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

A exigência se agrava pelo fato de que o **CERT.br, órgão nacional responsável pela coordenação dos CSIRTs brasileiros, suspendeu oficialmente desde 2023 a inclusão de novos times em sua lista pública**, conforme divulgado em seu próprio portal institucional. Tal circunstância torna **materialmente impossível a qualquer novo fabricante atender ao critério de ser listado no CERT.br**, o que **transforma uma suposta condição técnica em um obstáculo intransponível e injustificado**, violando o **princípio da razoabilidade**.

A jurisprudência é taxativa nesse sentido:

- **TCU – Acórdão nº 2796/2018 – Plenário:** “a Administração deve admitir a comprovação da conformidade por **meios alternativos e equivalentes**, sendo vedadas exigências que restrinjam injustificadamente o caráter competitivo do certame”;
- **TCU – Acórdão nº 042.952/2012-3:** reconheceu a **nulidade de exigência de certificação EPEAT GOLD** sem a previsão de aceitação de comprovação técnica equivalente e sem a devida motivação no Estudo Técnico Preliminar;
- **TCESP – Processo TC-008129.989.25-7 (liminar concedida pelo Cons. Dimas Ramalho):** suspendeu cláusula semelhante que restringia a habilitação a fabricantes “Promoters” do UEFI Forum e detentores de EPEAT GOLD, por violação à **isonomia, razoabilidade e legalidade**;

Além disso, a **Orientação Normativa SLTI nº 01/2015 do extinto Ministério do Planejamento** reforça que a Administração Pública deve adotar critérios de segurança da informação aderentes aos padrões técnicos, mas **sem estabelecer barreiras desnecessárias ou discriminatórias ao mercado**.

Portanto, a cláusula em questão:

- **É ilegal**, por criar barreiras incompatíveis com os princípios da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021);
- **É desproporcional**, pois não admite comprovação por **meios tecnicamente equivalentes**;
- **É excludente**, pois apenas grandes multinacionais com alto grau de verticalização conseguem cumpri-la;
- **É desatualizada**, pois exige o cumprimento de condições que, na prática, **estão suspensas por ato do próprio CERT.br**.

### III – DA INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

A imposição de exigências restritivas como a obrigatoriedade de que o fabricante esteja vinculado ao **FIRST**, seja **CSIRT listado no CERT.br** ou possua **certificação ISO/IEC 27001**, **carece de qualquer motivação técnica ou jurídica no Estudo Técnico Preliminar (ETP)** do presente certame, o que configura **vício insanável**.

Nos termos do **art. 6º, inciso XX, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, o ETP é **parte obrigatória do planejamento da contratação** e deve apresentar, entre outros elementos, a **fundamentação da necessidade da contratação, o problema a ser resolvido, as alternativas de solução analisadas e a justificativa da opção escolhida**. Quando exigências técnicas específicas são inseridas no edital — especialmente aquelas com **potencial de restringir a competição** — sua **inserção deve ser precedida de análise crítica e motivação circunstanciada**.

Adicionalmente, o **art. 19 da Lei nº 14.133/2021** exige que os documentos da fase preparatória demonstrem a **adequação da exigência ao interesse público e aos princípios da legalidade, proporcionalidade e eficiência**, bem como a **compatibilidade da exigência com o mercado fornecedor**.

Por sua vez, o **Decreto nº 7.174/2010**, que regulamenta contratações de TI no setor público, reforça a obrigatoriedade de que requisitos técnicos sejam “**essenciais à segurança e funcionalidade do bem ou serviço contratado**” (art. 3º, § 1º), não podendo ser estabelecidos de forma genérica, padronizada ou sem estudo prévio de impacto.

No caso concreto, o ETP:

- **Não apresenta justificativa técnica ou legal específica** para a exigência de adesão ao FIRST, listagem no CERT.br ou certificação ISO/IEC 27001;
- **Não realiza qualquer análise de risco cibernético**, cenário de ameaças, grau de criticidade ou impacto na operação pública, que justifique tais exigências;
- **Não avalia alternativas técnicas equivalentes**, como existência de plano interno de resposta a incidentes, equipe própria de segurança da informação ou conformidade com outras normas de segurança.

Essa ausência de motivação concreta **fere diretamente os princípios do planejamento, da razoabilidade e da vinculação objetiva ao interesse público**, e já foi duramente criticada pela jurisprudência:

- **TCU – Acórdão nº 2796/2018 – Plenário**: reconheceu a **nulidade de exigências restritivas sem amparo no ETP**, determinando a necessidade de justificativa técnica e possibilidade de comprovação por equivalência;

- **TCU – Acórdão nº 3.124/2015 – Plenário:** reiterou que “a ausência de motivação circunstanciada no ETP compromete a validade do certame, especialmente quando houver reflexos na competitividade”;
- **TCESP – Processo TC-017663.989.24-2:** anulou exigência de certificação ambiental internacional por ausência de compatibilidade com o mercado nacional e falha de justificativa técnica.

Portanto, a exigência impugnada **deve ser suprimida**, pois não encontra respaldo no ETP nem demonstra qualquer análise que justifique sua razoabilidade, necessidade ou proporcionalidade. Ao contrário, configura-se como cláusula **genérica, padronizada e excludente**, contrariando os dispositivos legais acima e jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

---

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto e da flagrante violação aos princípios da legalidade, competitividade e razoabilidade, **requer-se à autoridade competente, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021**, o que segue:

1. **A imediata suspensão do edital e da tramitação do certame**, até o julgamento definitivo da presente impugnação, com vistas a evitar a ocorrência de dano irreversível à ampla competitividade e à isonomia entre os licitantes;
  2. **A imediata supressão da cláusula impugnada**, que exige do fabricante vínculo com o FIRST, CSIRT/CERT.br ou certificação ISO/IEC 27001, por ausência de qualquer justificativa no Estudo Técnico Preliminar e por representar **restrição indevida e direcionamento do certame**;
  3. **A prorrogação da data de abertura da sessão pública do pregão**, caso a retificação do edital ocorra próximo ao prazo previsto para o início do certame, nos termos do **art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021**, assegurando o exercício do contraditório e a apresentação de propostas em igualdade de condições;
  4. **O julgamento desta impugnação por agente de contratação ou comissão de licitação formalmente designada e competente**, conforme exigência expressa do **art. 7º, inciso I, c/c art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021**;
  5. **A divulgação tempestiva, fundamentada e motivada da resposta oficial à presente impugnação**, de modo a garantir a transparência do processo e permitir eventual adoção de medidas administrativas ou judiciais cabíveis.
-

Nestes termos,

Pede deferimento.

XXXX, 07 de maio de 2025.

**XXXXXXXXXXXX**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**RG nº XXXXXX / CPF/MF nº XXXXXXXXXXXX**